



10 DE SETEMBRO DE 2018

Segunda-feira

- **CURSO: eSOCIAL - PREPARAÇÃO PARA A IMPLANTAÇÃO E CUIDADOS COM A REFORMA TRABALHISTA**
- **NOVOS PROJETOS DE LEI - NÚCLEO DE ASSUNTOS LEGISLATIVOS - Nº 29. ANO XIV. 06 DE SETEMBRO DE 2018**
- **ARTIGO: QUANDO A JUSTIÇA CRIA DESPESAS**
- **ABDIB PREPARA AGENDA INDUSTRIAL A SER ENTREGUE A PRESIDENCIÁVEIS**
- **DECRETO PRESIDENCIAL PROMULGA ACORDO DE COOPERAÇÃO ENTRE BRASIL E MÉXICO**
- **INOVAÇÃO EM LOGÍSTICA ESBARRA EM CUSTO E CONSERVADORISMO**
- **BRASIL TERÁ PRIMEIRO PROGRAMA DE MESTRADO E DOUTORADO EM INDÚSTRIA 4.0**
- **SKA PROMOVE EM OUTUBRO MAIOR EVENTO ONLINE DO BRASIL SOBRE INDÚSTRIA 4.0**
- **PRODUÇÃO DA INDÚSTRIA ELETROELETRÔNICA CRESCE 6% ATÉ JULHO**
- **BRDESCO SEPARA R\$ 20 BI PARA DESTINAR A MICROEMPREENDEDORES**
- **SETOR DE CABOTAGEM ADAPTA CONTRATOS PARA APROVEITAR ALTA APÓS PARALISAÇÃO**
- **RECUPERAÇÃO LENTA DO EMPREGO REDUZ AINDA MAIS REAJUSTE DE TRABALHADORES**
- **SERVIDORES FEDERAIS TERÃO DIREITO A BANCO DE HORAS PARA COMPENSAR EXTENSÃO DO TURNO DE TRABALHO**
- **"COMO IMPOSTOS SACRIFICAM A PARCELA MAIS POBRE DA POPULAÇÃO**
- **ECONOMISTAS REDUZEM EXPECTATIVA DE CRESCIMENTO DO PIB PARA 1,4% EM 2018**
- **IPC-S SOBE 0,13% NA 1ª QUADRISSEMANA DE SETEMBRO APÓS 0,07% NA ANTERIOR, DIZ FGV**

- FUNDOS DE RENDA FIXA QUE REPLICAM ÍNDICES DIVERSIFICAM MERCADO NO PAÍS
- DÓLAR ABRE A SEMANA ABAIXO DE R\$ 4,10
- APESAR DO OTIMISMO DO SETOR, EFEITO DO ROTA 2030 EM PMES AINDA É INCERTO
- "RENAULT ZOE DEVE SER O PRÓXIMO ELÉTRICO A SER VENDIDO NO BRASIL
- ASTON MARTIN CONTRATA EXECUTIVOS PARA ABRIR CAPITAL E VENDER AÇÕES NA BOLSA
- HÁ 500 FISCAIS PARA PERCORRER POSTOS EM 1,7 MILHÃO DE KM
- ANTT AFIRMA QUE 31 EMPRESAS ESTAVAM COM FRETE INFERIOR AO PISO NESTE SÁBADO
- DUNLOP INVESTE MAIS R\$ 153 MILHÕES NO BRASIL
- ACO TEM MÁXIMA DE 2 SEMANAS NA CHINA COM CORTES DE PRODUÇÃO; MINÉRIO DE FERRO CAI

CÂMBIO		
EM 10/09/2018		
	Compra	Venda
Dólar	4,117	4,117
Euro	4,776	4,778

Fonte: BACEN

Curso: eSocial - Preparação para a Implantação e Cuidados com a Reforma Trabalhista

10/09/2018 – Fonte: SINDIMETAL/PR



eSocial
Preparação para a Implantação e Cuidados
com a Reforma Trabalhista
28 de Setembro de 2018
Das 08h30 às 17h30
SINDIMETAL/PR: Rua Ângelo Greca, 70 - Atuba - Curitiba

Objetivo:

Este treinamento tem por objetivo auxiliar na compreensão das características do Sistema (eSocial), no que se refere à essência do programa, sua implantação e características, informações necessárias nas áreas Fiscal, Trabalhista e Previdenciária, para a transmissão de arquivos e seus prazos, a fim de alimentar corretamente o sistema, evitando atrasos e multas administrativas, observando a reforma trabalhista recém aprovada.

Público:

Integrantes do departamento pessoal, profissionais que trabalham em escritórios contábeis, advogados e demais interessados envolvidos com a matéria que busquem conhecimento sobre o tema.

Conteúdo Programático

1. Conhecendo o sistema do eSocial
2. Implantação do sistema eSocial - Eventos Trabalhistas
3. Bem estar e segurança do trabalhador (Sesmet)
4. Prazo para transmissão de arquivos
5. Recolhimentos
6. eSocial x Reinf (alterações do sistema x novo sistema)

Conteúdo Completo: **AQUI**

Investimento:

- ✓ Associados do SINDIMETAL/PR: R\$ 280,00
- ✓ Empresas Filiadas e Outros: R\$ 380,00

Palestrante



**INSCRIÇÕES
ATÉ
24/09/2018**

- ✓ Especialista em direito do trabalho e processo pela Escola Paulista de Direito
- ✓ Mestranda em Direito também pela FPD e Doutoranda em Direito Laboral Internacional.
- ✓ Professora de MBA e Pós Graduação.
- ✓ Especialista no sistema SEFIP/ GFIP
- ✓ Consultora e Assessora empresarial voltado ao departamento pessoal.

Outras informações poderão ser obtidas no SINDIMETAL/PR através do telefone (41) 3218-3935, ou e-mail sindimetal@sindimetal.com.br, com a Sra. Gisele Alves de Santana.



Novos Projetos de Lei - Núcleo de Assuntos Legislativos - nº 29. Ano XIV. 06 de setembro de 2018

10/09/2018 – Fonte: FIEP

Confira nessa edição os novos projetos de lei apresentados no Senado Federal, Câmara dos Deputados e Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.
Para acessar a íntegra, CLIQUE AQUI.

ÍNDICE

NOVOS PROJETOS DE LEI FEDERAL

INTERESSE GERAL DA INDÚSTRIA MEIO AMBIENTE

Inclusão dos Estados da Paraíba e do Rio Grande do Norte na área de atuação da Codevasf
PL 10756/2018 do deputado Wellington Roberto (PR/PB)

LEGISLAÇÃO TRABALHISTA BENEFÍCIOS

Cobertura de medicamentos antineoplásicos orais em planos privados de saúde
PL 10722/2018 da deputada Carmen Zanotto (PPS/SC)

Facultatividade da antecipação do pagamento de férias

PL 10760/2018 do deputado Vitor Paulo (PRB/DF)

INFRAESTRUTURA SOCIAL PREVIDÊNCIA SOCIAL

Acréscimo de 25% no valor da aposentadoria do segurado que necessitar de assistência permanente de outra pessoa

PL 10772/2018 do deputado Vicentinho (PT/SP)

INTERESSE SETORIAL INDÚSTRIA DO PLÁSTICO

Disponibilização de canudos biodegradáveis em bares e restaurantes

PL 10764/2018 da deputada Mariana Carvalho (PSDB/RO)

NOVOS PROJETOS DE LEI ESTADUAL SISTEMA TRIBUTÁRIO

Isenção de ICMS do combustível utilizado em carros de templos e igrejas para fins religiosos

PL 462/2018 de autoria do Wilson Quintero (PSDB)

INFRAESTRUTURA SOCIAL

Criação do Conselho Estadual do Terceiro Setor

PL 468/2018 de autoria do Deputado Márcio Nunes (PSD)

Artigo: Quando a Justiça cria despesas

10/09/2018 – Fonte: FecomércioSP

Um grave caso de ativismo judicial foi divulgado pela grande imprensa recentemente. Trata-se da decisão da Justiça do Trabalho em utilizar um índice de correção dos débitos trabalhistas diferente do que consta em lei.

O que é o débito trabalhista? Toda vez que uma parte recorre de uma sentença judicial, ela fica sujeita a pagar o que deve mais na frente com o valor corrigido pela inflação. Nada mais justo. Afinal, o reclamante não pode ser prejudicado pela decisão do reclamado.

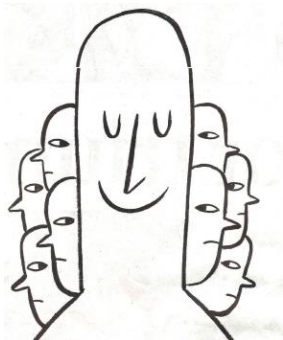
Isso sempre foi assim: os juízes corrigiam o débito aplicando a Taxa Referencial Diária (TRD), acrescidos de 1% ao mês ou 12% ao ano. Entretanto, muitos juízes, passaram a aplicar outro índice – o Índice de Preços ao Consumidor Amplo-Especial (IPCA-E), também acrescido de 1% ao mês de juros ou 12% ao ano.

Para evitar que isso ocorresse, a Lei 13.467/2017 (reforma trabalhista) reafirmou que os débitos trabalhistas devem ser corrigidos pela Taxa Referencial (TR), acrescidos de 1% ao mês ou 12% ao ano por conta dos juros de mora. Porém, muitos juízes continuam aplicando o IPCA-E.

Esse tipo de indexação, além de arbitrário, coloca o valor dos débitos trabalhistas na estratosfera. Por exemplo, uma condenação no valor de R\$ 30.000,00 na primeira instância, depois do recurso tramitar seis anos nos três níveis do Poder Judiciário, passa a ter um valor de R\$ 74.575,44 quando corrigidos pelo IPCA-E mais 12% de juros ao ano. Se aplicada a nova lei com o devido rigor, o referido valor seria de R\$ 54.470,44.

Ou seja, a aplicação do índice escolhido pelos juízes provoca um acréscimo de R\$ 44.575,44 sobre o valor da condenação contra R\$ 24.470,44 previstos na Lei

13.467/2017, criando arbitrariamente uma enorme despesa de R\$ 20.105,00 para quem recorre à Justiça do Trabalho.



A referida oneração tem impactos importantes, primeiro, sobre as empresas e, segundo, sobre os trabalhadores. As empresas serão obrigadas a fazer provisão de valores altíssimos na sua contabilidade, o que comprometerá o seu balanço, afetará a sua imagem e o seu valor na Bolsa de Valores. Em decorrência disso, perdem os trabalhadores porque as empresas terão reduzida a sua capacidade de investir, expandir e criar novos postos de trabalho.

Pela magnitude da oneração, fica claro concluir não haver aplicação financeira no Brasil que renda em seis anos o montante indicado. Por exemplo: os títulos do Tesouro Nacional (NTN-B) com vencimento em 2045 são ofertados aos investidores pela taxa composta pelo IPCA mais um juro real de 5,86% ao ano.

A vingar o critério dos juízes (IPCA-E + 12%), os credores teriam na Justiça do Trabalho um rendimento real que é mais do que o dobro do obtido em um título do Tesouro Nacional. Um absurdo!

É claro que os reclamantes precisam que os valores em disputa sejam protegidos contra a inflação. Mas, nada justifica transformar essa correção no investimento mais lucrativo do país. Sim porque, muitos credores e seus advogados procurariam postergar a solução dos conflitos agravando ainda mais o crônico congestionamento de processos na Justiça do Trabalho.

Assim procedendo, esses juízes estão engrossando o já gigantesco Custo Brasil. Não tem o menor cabimento que uma lei defina um indexador e a Justiça do Trabalho aplique outro. Ademais, a definição de critérios de correção monetária é da competência dos legisladores e não dos magistrados. A estes compete aplicar as leis. É urgente, portanto, a sustação da aplicação do IPCA-E mais 12% de juros às dívidas trabalhistas. Afinal, o que vale nesse caso: a lei ou o arbítrio de alguns juízes?

José Pastore é professor da Universidade de São Paulo, Presidente do Conselho de Emprego e Relações do Trabalho da Fecomercio-SP e membro da Academia Paulista de Letras.

Abdib prepara agenda industrial a ser entregue a presidentiáveis

10/09/2018 – Fonte: Tribuna PR (publicado em 09-09-2018)

A um mês da eleição de outubro, na qual todos os principais candidatos à Presidência prometem rever renúncias fiscais que custam 4,5% do Produto Interno Bruto (PIB), a Abdib, entidade que reúne empresas de infraestrutura e indústrias de base, fez uma defesa dos incentivos e das políticas setoriais em documento que reúne propostas de reinserção produtiva da economia brasileira na cadeia global.

No texto, ao qual a reportagem teve acesso, a entidade rebate teses, atribuídas a um “liberalismo inconsequente”, de que políticas industriais produzem distorções em favor de setores não competitivos. As propostas da associação serão entregues aos presidentiáveis após o lançamento do documento, que acontecerá num seminário,

mercado para segunda-feira, que reunirá economistas para discutir caminhos à retomada industrial.

Ao explicar por que o apoio público a certas atividades é importante para o crescimento sustentável no longo prazo, a Abdib observa que os setores têm níveis distintos de desenvolvimento e sustenta que o Brasil, como país de renda média, enfrenta dificuldades na competição tanto em mercados de renda baixa, onde os salários são menores, quanto em países desenvolvidos, onde as tecnologias são mais avançadas.

“Desta forma, não há sentido negligenciar políticas industriais seletivas com o argumento de que promovem distorções no mercado, uma vez que estas distorções são escolhas estratégicas do modelo de crescimento a ser adotado pelos países”, aponta o documento.

A ponderação da Abdib é que as desonerações, assim como o crédito do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), sejam condicionados a metas de investimento e exportação, tendo em vista os objetivos de atualização tecnológica do parque industrial, ganhos de produtividade e diversificação da pauta exportadora em produtos intensivos em tecnologia.

O foco das políticas industriais, conforme propõe a associação, deve se dar sobre indústrias com potencial de espriar o desenvolvimento tecnológico a outros subsetores e setores da economia.

A agenda da Abdib, a ser lançada na segunda-feira durante um debate com economistas sobre retomada da indústria, defende ainda a política de conteúdo nacional, com objetivos e prazos predeterminados, em setores de média e alta tecnologia. Assim como o excesso de incentivos fiscais, a vinculação de benefícios e subsídios a índices mínimos de insumos nacionais na produção de algumas indústrias é outra medida que recebe críticas no debate dos candidatos que concorrem à sucessão presidencial.

O documento, entre outras medidas, propõe que a política cambial seja conduzida por um conselho fora da alçada do Banco Central (BC), com vista a uma taxa de câmbio que “estimule a inserção dos produtos manufaturados brasileiros no mercado internacional”. Nesse sentido, a entidade também defende a regulação do mercado futuro de câmbio, com a criação do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) para controlar a volatilidade cambial.

Decreto presidencial promulga acordo de cooperação entre Brasil e México

10/09/2018 – Fonte: Tribuna PR (publicado em 09-09-2018)

O presidente Michel Temer promulgou o Acordo de Cooperação e Facilitação de Investimentos entre o Brasil e o México. De acordo com o Decreto 9.495, publicado no Diário Oficial da União (DOU) desta segunda-feira, 10, o acordo foi firmado em maio de 2015 e entrará em vigor, no plano jurídico externo, em 7 de outubro deste ano.

O objetivo do acordo, segundo o texto, é promover a cooperação entre os dois países com o objetivo de facilitar e promover o investimento mútuo. Para isso, o entendimento “estabelece o marco institucional para facilitar os investimentos, estabelecer mecanismos para a mitigação de riscos e a prevenção de conflitos, e para a gestão de uma agenda de cooperação, entre outros instrumentos mutuamente acordados pelas partes”.

Segundo o Decreto, atos de revisão do acordo e ajustes complementares que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional estarão sujeitos à aprovação do Congresso Nacional.

10/09/2018 – Fonte: Folha de S. Paulo (publicado em 09-09-2018)

Empresas, porém, já começam a adotar drones em centros de distribuição

O centro de distribuição da Avon em Cabreúva (SP) envia 100 mil caixas com produtos para suas revendedoras por dia, cada uma preenchida por um conjunto de, em média, 30 itens diferentes.

Para que os itens sejam selecionados corretamente, o local tem 15 quilômetros de esteiras. Elas levam as caixas de um lado para o outro, com etiquetas informando o que deve ser colocado.

No caminho estão leitores de códigos de barras, sensores e balanças que identificam as caixas e conferem o conteúdo. Com as informações, o sistema define para onde cada uma deve seguir.

A maioria dos produtos é selecionada sem interação humana. Eles ficam armazenados no alto, empilhados no interior de uma série de colunas verticais sobre a esteira e são soltos sobre as caixas no instante em que elas passam.

Felipe Votto, diretor de logística da Avon para o Brasil, diz que a automação permite fazer a separação dos pedidos com a precisão necessária.

Ele afirma ter sido preciso trazer a tecnologia ao Brasil por causa do volume de vendas daqui.

"Se tivéssemos só 99% de acerto na seleção dos produtos, o que parece bom, teríamos 1.000 revendedoras recebendo algo errado por dia", diz.

Como indica a companhia americana, os ganhos de eficiência que podem ser obtidos com a adoção de tecnologias ligadas à digitalização e à automatização que formam a indústria 4.0 não ficam restritos à fabricação de produtos.

A logística tem muito a ganhar com ferramentas como softwares que analisam grandes volumes de dados para traçar rotas e escolher transportadoras ou robôs que levam e trazem itens nos centros de distribuição, por exemplo.

Porém executivos e especialistas afirmam que a chegada dessas inovações no Brasil tem sido lenta e impulsionada por multinacionais, em razão de desafios como a falta de incentivo econômico, a recessão que fez empresários segurarem investimentos e a baixa informatização do setor.

Alex Tosetto, diretor sênior de TI para a América Latina da alemã DHL Supply Chain, diz que, como o custo da tecnologia no Brasil é alto e o da mão de obra é baixo na comparação com países desenvolvidos, há pouco incentivo para investir em automação.

"As empresas estão tendo de trazer a tecnologia mesmo com o investimento não se pagando no curto prazo."



DHL testa veículos autônomos no Brasil - Keiny Andrade/Folhapress

A companhia testa há um ano o uso de robôs e veículos autônomos em três de seus 56 armazéns brasileiros. Deve expandir o uso deles ainda em 2018.

Entre as máquinas adotadas estão empilhadeiras autônomas, drones e carrinhos que seguem operadores e carregam peso para eles.

Eduardo Banzato, diretor da consultoria em logística do Grupo Iman, diz que o Brasil precisa de mais desenvolvimento local de tecnologia para diminuir seus custos.

Outro desafio é fomentar uma cultura de inovação no setor, diz Angela Gheller Telles, diretora de manufatura e logística da empresa de software Totvs.

"O setor começa a olhar para a inovação. Mas ele é formado por muitas empresas familiares, que nasceram menores e cresceram sem criar uma cultura de informatização", diz.

Há interesse das empresas brasileiras por se atualizar, e muitas estão testando novas tecnologias, diz Pedro Moreira, presidente da Abralog (associação do setor logístico).

Porém, há atraso e investimentos suspensos por causa da crise. "Daqui a cinco anos, a logística que faremos será muito diferente", diz Moreira.

Brasil terá primeiro programa de mestrado e doutorado em Indústria 4.0

10/09/2018 – Fonte: MDIC (publicado em 06-09-2018)

Medida integra a Agenda Brasileira para a Indústria 4.0, coordenada pelo Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços e é fruto de parceria entre as universidades Federal e Estadual do Amazonas e a Universidade do Porto

A Universidade Federal do Amazonas (UFAM) e a Universidade do Porto, em parceria com a Universidade Estadual do Amazonas (UEA), vão oferecer turmas especiais para estudantes brasileiros de mestrado e doutorado em engenharia mecânica e gestão industrial com ênfase na Indústria 4.0.

A cooperação, articulada pelo Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC) e anunciada hoje em Brasília, faz parte das medidas previstas na Agenda Brasileira para a Indústria 4.0, lançada pelo governo federal em março deste ano.

O objetivo é qualificar mão de obra para desenvolver e consolidar a 4ª Revolução Industrial na Região Amazônica Ocidental. Este é o primeiro programa de mestrado e doutorado do Brasil que abordará o tema "Indústria 4.0" como linha de pesquisa.

As aulas devem começar no final de outubro e está previsto o ingresso de 15 alunos no doutorado e 30 no mestrado. Eles terão dupla titulação e podem ter aulas tanto no Brasil quanto em Portugal, ministradas pelo corpo docente da UFAM, da Universidade do Porto, e da UEA. O programa prevê ainda aulas com dois pesquisadores convidados da comunidade científica brasileira.

A seleção dos candidatos, que devem ser brasileiros, será realizada através da análise de currículo acadêmico, carta de motivação, apresentação de proposta de pesquisa, incluindo cópias de trabalhos de pesquisa apresentados e publicados ou aceitos para publicação em periódicos, conferências ou eventos similares. Também será realizada uma entrevista com a comissão de seleção.

O ministro da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, Marcos Jorge, ressalta a importância de se garantir a formação, em níveis de mestrado e doutorado, de profissionais com foco nos conceitos da Indústria 4.0.

“Queremos qualificar engenheiros que deverão interagir na implementação e amadurecimento da 4ª Revolução Industrial em todo o país, mas com mais ênfase na Zona Franca de Manaus. Com isso, colaboramos para o adensamento tecnológico do nosso parque industrial, seja ele instalado no Polo Industrial de Manaus, seja instalado em outra região do país”, afirma o ministro.

Ele cita ainda a qualidade do corpo docente envolvido e o avanço do conhecimento científico e tecnológico em Portugal, em especial no que se refere aos novos conceitos da indústria 4.0. “O corpo docente e os pesquisadores da Universidade do Porto têm demonstrado ser possível explorar novas oportunidades, particularmente no que se refere ao empreendedorismo e à transferência do conhecimento, à inovação e à investigação aplicada, no sentido de aumentar o impacto da investigação e inovação na economia em termos globalizados”, completa.

A meta do programa é titular no mínimo 80% dos alunos no prazo de quatro anos para o doutorado e dois anos para o mestrado, prorrogáveis por mais seis meses. A iniciativa também espera a conclusão de pelo menos 12 teses de doutorado em Engenharia Industrial até 2022 e 24 dissertações de mestrado até 2020, a publicação de pelo menos 30 trabalhos em revistas de circulação Internacional e de pelo menos 40 trabalhos em congressos da área.

A gestão financeira do projeto estará ao encargo de uma Fundação de Apoio à Universidade Federal do Amazonas. Para o primeiro ano de funcionamento, a gestão estará ao encargo da Fundação de Apoio Muraki que poderá ser mantida ou ficar ao encargo de outra Fundação de Apoio Institucional sediada no Amazonas ou em Portugal, conforme a conveniência das partes envolvidas e acordos a serem negociados com os parceiros mantenedores do projeto.

Agenda Brasileira

A Agenda Brasileira para a Indústria 4.0 traz um conjunto de ações para auxiliar o setor produtivo em direção ao futuro da produção industrial.

São 10 medidas pragmáticas e concretas que vão desde a sensibilização e engajamento das indústrias, passando pela prototipação e testes de fábricas do futuro, requisitos legais e de talentos, financiabilidade e conexões globais. As medidas estão detalhadas no site www.industria40.gov.br.

Como parte da agenda, foi publicada, em maio, uma resolução para estimular a migração das fábricas instaladas na Zona Franca de Manaus para o conceito de Indústria 4.0.

O texto permite que as empresas que produzem bens de informática na Amazônia Ocidental e no estado do Amapá apresentem – em sua programação obrigatória de investimentos em pesquisa, desenvolvimento e inovação para a obtenção de incentivos fiscais específicos da região – atividades orientadas para sua atualização tecnológica e capacitação rumo à Indústria 4.0.

A resolução determina que sejam reconhecidos como dispêndios em atividades de PD&I os gastos na execução ou contratação das atividades que se refiram à aquisição de máquinas e equipamentos 4.0 – como robôs industriais e colaborativos, sensores, máquinas de comunicação avançada, etc.

“A estratégia para a Indústria 4.0 visa fomentar a modernização das indústrias de todo o país para que possamos trazer conceitos de internet das coisas, de inteligência artificial, robôs colaborativos para dentro das nossas indústrias e possamos assim ser mais produtivos e competitivos e não ficarmos atrás de países que estão mais avançados nessa temática”, afirma o ministro Marcos Jorge.

SKA promove em outubro maior evento online do Brasil sobre Indústria 4.0

10/09/2018 – Fonte: CIMM (publicado em 09-09-2018)

Dia 5 de outubro a SKA promove a terceira edição do evento Inteligência Industrial e a Digitalização 2018, maior evento online do Brasil sobre Indústria 4.0, com transmissão ao vivo para todo país. A edição deste ano abrirá novos caminhos para a transformação digital da manufatura com um time de peso para falar do cenário industrial.

Importantes especialistas da área vão dividir o palco para falar sobre os desafios do tema e as estratégias que as empresas estão adotando para se manterem competitivas frente à digitalização.

Entre os speakers convidados, estão nomes como Porã Bernardes, para falar sobre design estratégico, Rodolpho Pereira, da GE Aviation, para falar sobre manufatura aditiva e Ismael Secco, do Instituto SENAI de Inovação em Sistemas de Manufatura, para falar sobre engenharia digital.

Inscrições e informações completas no site do evento:

<https://www.ska.com.br/inteligencia/>

Inteligência Industrial e a Digitalização

Data: 05 de outubro de 2018

Horário: 9h

EVENTO GRATUITO

Produção da indústria eletroeletrônica cresce 6% até julho

10/09/2018 – Fonte: CIMM (publicado em 09-09-2018)

A produção industrial do setor eletroeletrônico cresceu 5,9% no acumulado de janeiro a julho de 2018 em relação ao mesmo período do ano passado. É o que mostram os dados divulgados pelo IBGE e agregados pela Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica (Abinee). O desempenho foi influenciado pela elevação de 13,4% na área eletrônica, uma vez que a produção da área elétrica recuou 0,5%.

Os maiores acréscimos na indústria eletrônica foram nos segmentos de equipamentos de informática (+20,7%) e de aparelhos de áudio e vídeo (+20,1%). Na indústria elétrica, contribuíram para o resultado negativo, as quedas na produção de lâmpadas (-8,7%) e de geradores, transformadores e motores elétricos (-5,1%). Em relação a julho do ano passado, a produção industrial do setor elétrico e eletrônico recuou 1,9%.

“Na primeira parte do ano, o desempenho positivo dos bens de consumo eletrônicos contou com a realização da Copa do Mundo de Futebol. Passado esse período, já se observou um arrefecimento no crescimento, entretanto contamos com a reversão desse quadro no segundo semestre em face da natural sazonalidade existente”, diz o presidente da Abinee, Humberto Barbato.

Bradesco separa R\$ 20 bi para destinar a microempreendedores

10/09/2018 – Fonte: Tribuna PR (publicado em 08-09-2018)

O Bradesco traçou uma meta agressiva para crescer junto aos microempreendedores individuais, os chamados MEIs.

A expectativa do banco é dobrar a carteira, que hoje conta com 1,5 milhão de clientes com este perfil, a partir de uma oferta que vai além de soluções financeiras e de crédito e inclui ferramentas de apoio a este público.

Em linhas de empréstimos pré-aprovados, são R\$ 20 bilhões à disposição deste segmento. No Brasil, existem em torno de 7,3 milhões de MEIs, segundo o Sebrae. Neste primeiro semestre, o número de empresas criadas no Brasil foi o maior desde 2010, conforme a Serasa Experian.

Do total de mais de 1 milhão de negócios lançados, mais de 80% eram MEIs. Mantido o ritmo atual de alta, a expectativa do Sebrae é de que os microempreendedores somem 11,8 milhões em 2022.

De acordo com o vice-presidente do Bradesco, Eurico Fabri, o banco mapeou outros 1,5 milhão de pequenos empreendedores que podem ajudar a dobrar a carteira de clientes do banco. Boa parte deles, segundo o executivo, não é bancarizada. Estudo do Banco Central aponta que 19% dos MEIs no Brasil não têm conta corrente.

Para atrair esses empreendedores, um dos poucos segmentos que continuou crescendo mesmo durante a crise, o Bradesco integrou suas áreas de produto, serviços e do varejo.

Como resultado, montou um combo financeiro que inclui conta corrente sob medida, maquininhas, seguros, cartão, microcrédito, antecipação de recebíveis e serviços.

Ferramenta.

Numa outra frente, desenvolveu soluções não financeiras e um site customizado para os MEIs. O primeiro passo para ser um microempreendedor é ter um CNPJ. Os futuros clientes do Bradesco poderão fazer esse cadastro no próprio site do banco.

Outras facilidades incluem ferramentas de gestão financeira, vendas e até recolhimento de impostos. Tudo isso pode ser feito por canais digitais.

“As pessoas começam como MEIs e crescem. Há uma complexidade porque existe um índice de mortalidade grande neste público. Por isso, temos de crescer junto com essas empresas no tempo”, disse Fabri ao Broadcast, sistema de notícias em tempo real do Grupo Estado.

Sem o apoio do banco, diz o executivo, a chance dos MEIs evoluírem no tempo diminui. O Bradesco tem apetite para emprestar, mas o que dificulta é o fato de que boa parte desse público não ter educação financeira e, conseqüentemente, misturar os orçamentos do negócio com o da pessoa física.

Dos R\$ 20 bilhões que o banco separou para o segmento, R\$ 9,6 bilhões estão disponíveis para correntistas. Deste total, foram liberados R\$ 2,4 bilhões. Outros R\$ 11 bilhões estão à disposição de novos clientes.

O Bradesco também iniciou neste mês a ambientação de 263 agências em todo o País que passarão a ter locais sob medida para atender os MEIs.

Empreendedor

Os microempreendedores entraram no radar dos bancos há algum tempo, segundo o gerente de Capitalização e Serviços Financeiros do Sebrae, Alexandre Comin.

“Os bancos perceberam que os MEIs não são uma moda passageira. Vieram para ficar e são uma figura poderosa.”

Nesse contexto, Bradesco e Sebrae assinaram nesta semana convênio para apoiar pequenas e médias empresas. Comin disse que a meta é atender 20 mil micro e pequenos negócios em 4 anos. Desses, 5 mil serão MEIs.

Setor de cabotagem adapta contratos para aproveitar alta após paralisação

10/09/2018 – Fonte: Folha de S. Paulo

Tabelamento do frete rodoviário também afeta o segmento, no início e no fim das entregas

Pouco mais de três meses após a paralisação dos caminhoneiros, as empresas que fazem cabotagem (transporte costeiro de cargas) mudaram o prazo de contratos e de renegociações para se adaptar a demandas de clientes.

Mais companhias buscaram outras formas de transporte além do rodoviário, mas foi necessário se adequar, diz Marcos Voloch, diretor de cabotagem para o Mercosul da Aliança Navegação Logística, que pertence à Hamburg Sud.



Contêineres empilhados no terminal do porto de Santos - Eduardo Knapp - 17.out.16/Folhapress

Um dos fatores que mais impactou o setor foi o tabelamento do frete rodoviário, que também afeta a cabotagem no início e no fim das entregas.

“Nossas negociações com clientes deixaram de ser semestrais e passaram a ser mensais. A cada 30 dias precisamos renegociar porque cada transportador terrestre trabalha com um valor, uma regra”, diz ele.

“Não há segurança para firmar contratos de um ano. O estresse dentro da empresa aumentou muito mais que o volume de negócios porque passamos a trabalhar a curto prazo.”

Apesar disso, o faturamento cresce 14% no terceiro trimestre deste ano em relação ao mesmo período de 2017, já considerado forte, diz Voloch.

O saldo após a paralisação é positivo, mesmo com a necessidade de adaptações, segundo Márcio Arany, da Log-In.

“Clientes grandes até mantêm contratos mais extensos, de um ano, mas passamos a ter gatilhos, como o compromisso de rever os termos caso o diesel ou o frete chegue a determinados patamares.”

Recuperação lenta do emprego reduz ainda mais reajuste de trabalhadores

10/09/2018 – Fonte: DCI

Deflação de 0,09% em agosto é sinal de fraqueza do consumo das famílias, de perda da renda dos assalariados e de pessoas no mercado informal de trabalho, e de normalização do abastecimento.

A recuperação lenta do emprego no horizonte dos próximos seis meses deve intensificar a falta ou reajustes menores nos salários dos trabalhadores brasileiros, afetando consecutivamente a renda, o consumo das famílias e a atividade produtiva.



Na avaliação do economista e pesquisador do Instituto Brasileiro de Economia (Ibre) da Fundação Getulio Vargas (FGV), André Braz, como o desemprego está elevado e a atividade econômica fraca, o poder de negociação dos trabalhadores diminui.

“Os dissídios tendem a perder da inflação. O trabalhador perde seu poder de barganha [junto aos empregadores] e aceita reajustes menores para preservar o emprego”, argumenta.

De acordo com dados divulgados na última sexta-feira pelo Ibre/FGV, o Indicador Antecedente de Emprego (IAEmp) caiu 0,4 ponto em agosto, para 94,3 pontos, menor nível desde dezembro de 2016 (90 pontos). Em 2016, o País registrou queda de 3,6% do Produto Interno Bruto (PIB), após uma baixa de 3,8% do PIB em 2015, portanto estava no auge da maior recessão da história brasileira desde a Grande Depressão do século 20 (1929-1930).

Para o economista e pesquisador de economia aplicada do Ibre/FGV, Fernando de Holanda Barbosa Filho, a queda no indicador antecedente de desemprego reflete o fraco crescimento econômico em 2018. “O baixo crescimento deste ano aliado à elevada incerteza acerca do processo eleitoral e ao desempenho econômico de 2019 contribuem para as expectativas não muito otimistas acerca da contratação futura”, afirmou o pesquisador.

Na visão dele, aquela expectativa do início de 2018 de uma melhora econômica mais rápida foi abandonada. “A recuperação lenta vai tirar menos gente da desocupação. O mercado de trabalho vai continuar muito duro”, diz Filho.

Em agosto, o Indicador Coincidente de Desemprego (ICD) subiu 0,2 ponto, para 96,3 pontos, após recuar 1 ponto em julho. O ICD é um índice com sinal semelhante ao da taxa de desemprego, ou seja, quanto menor o número, melhor o resultado. Vale lembrar que, em julho, pelos dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Brasil registrava 12,9 milhões de desempregados, taxa de desocupação de 12,3%.

Para o coordenador de cursos da Faculdade Fipecafi, Valdir Domeneghetti, o desemprego alto e a fraqueza nas expectativas de emprego provocam impactos negativos sobre a renda e o consumo. “A deflação não é boa em nenhuma situação. O mercado doméstico não está absorvendo a oferta e os preços estão caindo”, observa o professor.

De fato, na última sexta-feira, o IBGE divulgou deflação de 0,09% em agosto, abaixo do esperado por analistas. E o Índice de Preços ao Consumidor para famílias de baixa renda acompanhado pela FGV também apareceu com variação positiva de apenas 0,04%.

“Toda aquela forte pressão dos preços causada pela greve dos caminhoneiros na inflação de junho e julho foi dissipada no mês de agosto”, explicou André Braz. “A atividade econômica fraca freia a renda e o consumo. Se a economia estivesse aquecida, talvez não tivesse deflação”, completou.

O economista do Banco MUFG Brasil, Mauricio Nakahodo, também notou que o subgrupo alimentação fora do domicílio teve deflação de 0,72% no mês passado, sinal

de normalização da oferta de alimentos após os meses de maio, junho e julho. O grupo alimentos e bebidas como um todo teve queda média de 0,34%, baixa pelo segundo mês consecutivo. "Nós esperamos um IPCA de zero e veio abaixo", destacou Nakahodo.

Pelo detalhe dos dados do IBGE, recuaram os preços da cebola (-22,19%), batata inglesa (-11,89%), tomate (-4,84%), farinha de mandioca (-4,56%), hortaliças (-4,07%) e também frango (-1,65%) e carnes (-1,52%). "A carne brasileira de frango e bovina sofre com restrições no mercado internacional", lembra Domeneghetti.

Na opinião dos especialistas, pelo menos, a inflação controlada para o ano de 2018 é um alento. "Para quem está trabalhando [91,7 milhões de pessoas], essa inflação baixa preserva um pouco da renda", comentou André Braz.

Ele completa, no entanto, que o cenário eleitoral gera muita incerteza sobre a retomada da economia. "Até que haja um governo comprometido com reformas fiscais", diz. Domeneghetti fala que não falta liquidez para investimentos. "Falta confiança. O cenário eleitoral é de cinema", afirma.

Taxa Selic estável

Na projeção de André Braz, da FGV, e do economista do Banco MUFG, a inflação de setembro ficará em torno de 0,30%. No atual mês estão esperados efeitos indiretos do reajuste do diesel (13%) e da tabela dos fretes (5%), e do repasse da gasolina a cada 15 dias na inflação dos consumidores.

"A alta do dólar não afeta só a viagem de quem vai para a Disney, mas também do pão francês, massas, óleos vegetais, carnes, gasolina e do diesel", responde Braz. "O aumento do câmbio terá um impacto bastante moderado à inflação. A demanda está relativamente fraca. O BC deve manter os juros [Selic em 6,5%] até o final do ano", projeta Nakahodo.

Em outras palavras, apesar do discurso recente do BC de transmissão do aumento do dólar para uma parte dos preços num horizonte de 12 a 18 meses, os economistas, no momento, não consideram a necessidade de alta da Selic.

Servidores federais terão direito a banco de horas para compensar extensão do turno de trabalho

10/09/2018 – Fonte: G1

Atualmente não há nenhuma compensação pelas horas trabalhadas a mais. Mudança dependerá da administração de cada órgão e será opcional.

Servidores públicos federais terão direito a banco de horas para compensar extensão de jornada. Atualmente, não há nenhuma compensação quando é necessário esticar o horário de trabalho.

A previsão está em uma instrução normativa elaborada pelo Ministério do Planejamento e que deve ser publicada ainda esta semana no "Diário Oficial da União". A mudança não prevê pagamento pelas horas extras. Com isso, explicou uma fonte do Ministério do Planejamento, a novidade não vai gerar nenhum custo extra para a União.

Segundo uma fonte da pasta, atualmente, alguns chefes podem se sentir constrangidos ao pedir que um funcionário fique até mais tarde para terminar um trabalho, já que não há compensação pelas horas trabalhadas a mais.

Sobreaviso

A adesão ao novo sistema deve ser feita pelo órgão e é opcional. Para a implementação do banco de horas, o Planejamento vai ofertar o Sistema de Controle Eletrônico Diário de Frequência (SISREF).

Outra mudança da instrução normativa vai permitir que o servidor acumule no banco de horas o que trabalhar durante o período de sobreaviso.

Funcionário das áreas como a de tecnologia da informação, por exemplo, trabalham com regime de sobreaviso, em que o servidor de plantão pode ser convocado a qualquer momento.

Com a nova norma, a hora trabalhada durante essa convocação será adicionada ao banco de horas.

"Como impostos sacrificam a parcela mais pobre da população

10/09/2018 – Fonte: Gazeta do Povo (publicado em 09-09-2018)

A carga tributária favorece quem tem mais dinheiro e sobrecarrega quem tem menos, o que ajuda para aumentar as diferenças entre as classes sociais

Atualmente, os 5% cidadãos mais ricos do Brasil concentram a mesma porção de renda do que todo o resto da população. Essa é uma situação antiga: o índice de Gini, que mede a desigualdade social numa região, evoluiu pouco nas últimas três décadas. Em 1992, era de 0,592 – ele vai de 0 a 1, sendo que 1 indica o máximo de desigualdade.

Em 2002, havia melhorado ao cair para 0,573. Chegou ao ano passado em 0,549. Quando se leva em consideração o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), calculado pela ONU, o Brasil está em 75º lugar, entre 188 nações.

O Brasil é, portanto, um país desigual. E parte desse problema pode ser explicado pela forma como a carga de impostos é distribuída de acordo com a classe social. O problema é que o sistema tributário brasileiro taxa muito o consumo, e pouco a renda.

“Nosso sistema tributário tira muito dos pobres e da classe média e é benevolente com os ricos. Isso ocorre sobretudo porque nossa carga tributária se apoia mais em tributos indiretos, sobre bens e serviços, do que em tributos diretos, sobre renda e patrimônio”, diz o cientista político Rafael Georges, coordenador de campanhas da Oxfam Brasil, uma organização dedicada a lidar com os motivos da desigualdade social.

“Nosso sistema tributário poderia ser melhorado no sentido de redistribuir renda”, reforça o pesquisador Fernando Gaiger, do Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA). A taxação incide sobre a população basicamente de duas formas.

1. Impostos indiretos altos demais

Quando o governo cobra muito sobre o consumo, ele automaticamente pune quem tem menos dinheiro e acaba usando uma parcela maior de sua renda para comprar alimentos, medicamentos ou roupas.

Afinal, o preço do pacote de feijão é o mesmo, seja para quem ganha R\$ 1.000,00 ou R\$ 1 milhão. É o caso do Brasil: os impostos indiretos, cobrados sobre o consumo, tomam 28% do dinheiro dos mais pobres, contra apenas 10% dos mais ricos.

Em um estudo sobre o tema, a Oxfam Brasil aponta que essa diferença afeta diretamente uma parcela significativa da população: entre os 10% mais pobres do país, três quartos são negros e mais de metade, mulheres. Já entre os 10% mais ricos, dois terços são homens e brancos.

2. Impostos diretos pouco progressivos

Uma forma de distribuir renda é cobrar impostos diretos mais altos de quem ganha mais. Não é o que acontece no país: o Imposto de Renda tem alíquotas que nivelam, por exemplo, quem ganha R\$ 4.700,00 com quem tem renda mensal de R\$ 305.280,00 (veja o quadro).

Os mais ricos também se valem de uma série de recursos legais. Entre eles, o uso das pessoas jurídicas, beneficiados com isenções e reduções de taxas sobre lucros e dividendos distribuídos para pessoas físicas – entre os 36 países integrantes da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), apenas a Estônia pratica essa isenção. Além disso, empresas que faturam um valor alto, até R\$ 4,8 milhões anuais, podem entrar no regime do Simples.

Outra estratégia muito usada é registrar imóveis no nome da pessoa jurídica, uma maneira de derrubar a alíquota de 27,5% para 15%. Quem compra imóveis em quantidade suficiente para formar um fundo imobiliário paga menos ainda: 0%. Comprar veículos no nome da empresa, de carros a helicópteros e iates, também reduz a tributação. E mais: no caso de políticos e juizes, muitos dos benefícios que aumentam seus salários, como o auxílio-moradia, sequer são taxados.

Qual a solução?

Em tese, a receita para lidar com o problema é conhecida. “A arrecadação é elevada nos tributos sobre consumo e baixa nos impostos diretos. O ideal seria aumentar a tributação sobre a renda da pessoa física, e com isso abrir espaço para reduzir os impostos sobre tributos indiretos”, afirma Fernando Gaiger, do IPEA.

O problema, diz o pesquisador, é que essa mudança desencadearia outra questão: “os estados usam os impostos indiretos para aplicar em saúde e educação. Para fazer essa mudança estrutural, seria necessário mudar toda a estrutura de distribuição e uso de recursos entre governo federal e unidades da federação”.

Gastos em saúde, infraestrutura e educação reduzem a desigualdade, diz o cientista político Rafael Georges. Mas não são suficientes: “além do gasto social, uma reforma do sistema tributário deve ser feita com a perspectiva da redistribuição, não só da simplificação. Isso nunca foi feito no país, mas é uma condição para a redução da distância entre ricos e pobres”.

Um estudo realizado pelos pesquisadores Fernando Silveira, Luana Passos e Dyeggo Rocha Guedes apresenta uma lista mais longe de soluções. “No que concerne à injustiça fiscal sugere-se cinco caminhos para minorá-la: redução na tributação indireta; mudanças na alíquota e faixas do imposto de renda a pessoa física; reintrodução da tributação de lucros e dividendos; regulamentação do imposto sobre grandes fortunas, e adensamento do gasto social.”

Muita diferença

As variações na cobrança de impostos, de acordo com a renda

- 32% da renda dos mais pobres é perdido para tributos
- 21% da renda dos mais ricos segue para impostos
- 28% de tudo o que os mais pobres ganham segue para impostos indiretos
- 10% da renda dos mais ricos paga impostos indiretos
- Quem ganha acima de 80 salários mínimos mensais (R\$ 63.040) recebe isenção média de 66%

- Para quem tem renda de 1 a 3 salários mínimos (R\$ 788,00 a R\$ 2.364,00), a isenção é de 9%

- Quem ganha 320 salários mínimos mensais (R\$ 305.280,00) paga a mesma alíquota efetiva de Imposto de Renda de quem ganha 5 salários mínimos (R\$ 4.770,00)

- O Brasil cobra 5,25% sobre lucro, renda e ganho de capital. A Nova Zelândia, 18%. A Dinamarca, 33,2%.

- 16,28% de taxa efetiva é cobrada no Brasil sobre bens e serviços. Na França, é de 11%. Nos Estados Unidos, 4,5%.

- Quem ganha até 1 salário mínimo trabalha 153 dias por ano para pagar impostos. Quem tem renda mensal de R\$ 6.000,00 precisa de 115 dias para pagar os impostos. Com salário de R\$ 22.000,00, é preciso trabalhar 106 dias. "

Economistas reduzem expectativa de crescimento do PIB para 1,4% em 2018

10/09/2018 – Fonte: Folha de S. Paulo

Para 2019, a conta permanece em 2,5%, segundo pesquisa Focus do Banco Central

As expectativas para o crescimento da economia brasileira neste ano foram reduzidas ainda mais na pesquisa Focus do Banco Central divulgada nesta segunda-feira (10) diante do ritmo lento da atividade, bem como a conta para a inflação.

O levantamento realizado semanalmente com uma centena de economistas mostrou que a projeção agora é de uma expansão do PIB (Produto Interno Bruto) em 2018 de 1,40%, redução de 0,04 ponto percentual sobre a semana anterior. Para 2019, a conta permanece em 2,5%.

A redução acontece mais uma vez na esteira da expectativa de uma produção industrial mais fraca neste ano, com o crescimento do setor projetado agora em 2,26%, de 2,43% antes. A atividade econômica vem crescendo muito lentamente, tendo avançado apenas a uma taxa de 0,2% no segundo trimestre sobre o período anterior, em meio às incertezas às vésperas da eleição presidencial de outubro.

Na pesquisa do BC, o número para a inflação em 2018 foi reduzido pela segunda semana seguida, com a estimativa para a alta do IPCA a 4,05% de 4,16%, mas para o ano que vem seguiu em 4,11%.

O centro da meta oficial do governo para 2018 é de 4,5% e, para 2019, de 4,25%, sendo que para ambos os anos há margem de tolerância de 1,5 ponto percentual para mais ou menos.

Permaneceram inalteradas as contas para a taxa básica de juros, com a Selic estimada a 6,5% no final deste ano e a 8% em 2019. O Top-5, grupo dos que mais acertam as previsões, também continua vendo os juros a 6,5% em 2018, mas reduziu a previsão para a taxa em 2019 de 7,75% a 7,63% na mediana das estimativas.

IPC-S sobe 0,13% na 1ª quadrissemana de setembro após 0,07% na anterior, diz FGV

10/09/2018 – Fonte: Tribuna PR (publicado em 10-09-2018)

O Índice de Preços ao Consumidor – Semanal (IPC-S) subiu 0,13% na primeira quadrissemana de setembro, em aceleração ante a taxa de 0,07% na semana anterior, apontou nesta segunda-feira, 10, a Fundação Getulio Vargas (FGV). O movimento

reflete a normalização dos preços, após a devolução do repique de preços provocado pela greve dos caminhoneiros.

Na semana passada, cinco das oito categorias de despesas registraram acréscimo nas respectivas taxas de variação. A maior contribuição foi justamente de Alimentação (0,06% para 0,18%), com destaque para o item hortaliças e legumes (-6,94% para -5,17%).

Também houve avanço dos preços em Educação, Leitura e Recreação (0,15% para 0,45%), Transportes (-0,35% para -0,23%), Vestuário (-0,47% para -0,35%) e Despesas Diversas (0,68% para 0,75%).

Por outro lado, registraram decréscimo os segmentos de Saúde e Cuidados Pessoais (0,39% para 0,28%), Comunicação (-0,13% para -0,25%) e Habitação (0,25% para 0,23%). Entre os movimentos mais fortes, destaque para artigos de higiene e cuidado pessoal (0,13% para -0,16%), mensalidade para TV por assinatura (1,42% para 0,08%) e taxa de água e esgoto residencial (1,60% para 1,27%).

Fundos de renda fixa que replicam índices diversificam mercado no país

10/09/2018 – Fonte: Folha de S. Paulo

ETFs oferecem taxa mais atrativa, mas investidor deve conhecer indicador usado como referência

De olho em um mercado de 4,8 milhões de investidores, só no varejo, com R\$ 451,3 bilhões aplicados em fundos de renda fixa, os primeiros ETFs da categoria começam a chegar ao Brasil.

ETFs (Exchange Traded Funds) são fundos que espelham o comportamento de índices e têm as cotas negociadas em Bolsa, como ações.

No Brasil, existem 15 ETFs, todos de renda variável. O Bova11, por exemplo, replica o Ibovespa, principal índice da Bolsa brasileira.

O mercado de ETFs tem crescido no exterior ao permitir que, com um valor inicial pequeno e taxas menores, o investidor consiga ter acesso a papéis variados sem precisar comprá-los individualmente.

"O Brasil ficou um pouco para trás e uma das razões é que só existem ETFs para renda variável, um segmento menos desenvolvido no país do que a renda fixa", diz André Pimentel, diretor de investimentos da Mirae Asset no Brasil.

Nesta segunda-feira (10), a Mirae lança o primeiro ETF de renda fixa do país.

O produto terá um indexador próprio, criado em parceria com a S&P Dow Jones Indices. Ele reproduz o rendimento de uma carteira de aplicações no mercado futuro de juros, projetados para os próximos três anos.

Com R\$ 10 já será possível adquirir uma cota. A taxa de administração cobrada pela Mirae é de 0,3% ao ano.

O produto da corretora vinha sendo desenhado desde 2016, quando o governo regulamentou a tributação para a categoria, diz Pimentel.

A regulamentação fez parte do processo para viabilizar um ETF de renda fixa apoiado pela STN (Secretaria do Tesouro Nacional).

Na semana passada, a Itaú Asset Management foi escolhida para gerir o ID ETF (Issuer-Driven Exchange Traded Fund, ou fundo de índice apoiado pelo emissor, na sigla em inglês).

A taxa de administração cobrada será de 0,25%, e o fundo terá como parâmetro o IMA-B (Índice de Mercado Anbima), formado por títulos públicos indexados à inflação (IPCA).

"O investidor desse ETF será remunerado pela taxa de juros real mais inflação, ou seja, ele se protege de inflação e, se ela subir, vai se beneficiar", explica Eduardo Camara, executivo responsável pela área de soluções de portfólio da Itaú Asset.

O Tesouro fará uma emissão inicial de títulos diretamente para o ETF de, no mínimo, R\$ 300 milhões. Em ofertas subsequentes, esse valor pode chegar a R\$ 2 bilhões.

"O Tesouro será um facilitador, ajudando a reduzir custos iniciais com a emissão. Sem esse apoio, o gestor teria de ir a mercado e comprar 15 títulos que compõem o IMA-B", diz Marcia Paim, gerente de estratégia da dívida pública do Tesouro.

A Itaú Asset teria 18 meses para lançar o produto, mas a ideia é realizar uma oferta pública em nove meses, já no primeiro semestre de 2019, diz Marcelo Fatio, executivo-chefe de operações da gestora.

"Estimamos que entre 60% e 65% do patrimônio será destinado à pessoa física", diz Fatio. O restante deve ir a pessoas jurídicas, como investidores institucionais (fundos de pensão).

A proposta para o Tesouro apoiar o ID ETF veio pelo Banco Mundial por volta de 2013. Segundo Paim, este será o primeiro fundo no modelo lançado dentro de um programa da instituição para fomentar o mercado de capitais em países emergentes.

"Vemos com bons olhos novas iniciativas na categoria, porque esse é um mercado que não existe no Brasil e precisa ser desenvolvido", diz.

Para Pimentel, da Mirae, não há risco de competição direta entre o ETF da corretora e o gerido pela Itaú.

"A iniciativa do Tesouro veio em linha para fomentar o mercado, diante da dificuldade de se criar ETF baseado em índice existente. Tem espaço para todos", afirma.

O edital que escolheu a gestora do ID ETF demorou cerca de cinco anos para sair, conta Paim, porque a viabilização do produto exigiu discussões com órgãos como a CVM (Comissão de Valores Mobiliários), fiscalizadora do mercado.

"Toda vez que um novo produto é lançado, existe um ecossistema que precisa se adaptar a ele", afirma Felipe Paiva, diretor de relacionamento com clientes Brasil da B3, dona da Bolsa, onde ETFs são negociados.

CUSTOS

Paim diz que foi necessário criar uma norma tributária específica para os ETFs de renda fixa.

"A tributação dos fundos de renda fixa é feita por prazo de carregamento, ou seja, quanto mais tempo o dinheiro permanece no fundo, menor é a alíquota. No ETF o que será levado em consideração será o prazo da cesta", explica.

No caso do fundo da Mirae e do ID ETF, cujos índices são de prazo longo, já incide sobre a rentabilidade a menor alíquota possível, de 15%.

Também diferentemente dos fundos tradicionais, os ETFs não têm come-cotas (desconto semestral de IR).

No entanto, é o custo o principal atrativo do ETF de renda fixa.

"Fundos cobram, em média, 1% de taxa de administração, e ela pode chegar a até 3%", diz Rogério Manente, gerente-geral da Socopa Invest.

Outra vantagem, segundo ele, é a facilidade para o investidor diversificar seu portfólio de renda fixa.

"É mais simples criar uma alocação equilibrada sem precisar escolher quanto colocar em cada ativo", afirma Manente.

O risco do produto é considerado baixo, mas saber escolher o índice de referência é fundamental, diz Francisco Levy, diretor da Planejar (associação de planejadores financeiros).

"Quanto mais longos os índices, mais atrelados a questões estruturais da economia estarão", afirma Levy.

Para Manente, a desvantagem do produto é que as negociações se dão em Bolsa, ambiente considerado assustador por muitos investidores pequenos.

"Por outro lado, pode funcionar como educação financeira, porque o investidor acaba se familiarizando com o ambiente de Bolsa por meio de um ativo de baixo risco. É um passinho para ficar mais fácil entender o mercado de ações", diz.

Por que um ETF?

O que são ETFs?

Exchange Traded Funds são fundos que espelham índices -isto é, buscam refletir as mesmas variações-- e têm as cotas negociadas em Bolsa, como ações

Custo

As taxas de administração dos ETFs conseguem ser mais baixa porque, ao replicarem índices, não é necessário que os investidores banquem um profissional para fazer a gestão ativa dos investimentos

Baixo valor inicial

Para comprar o lote mínimo de 10 cotas do Bova11, espelho do Ibovespa (principal índice da Bolsa brasileira), o investidor desembolsa, em média, R\$ 730. No ETF de renda fixa da Mirae, não há lote mínimo e uma cota poderá ser adquirida a partir de R\$ 10

Diversificação

Ao comprar uma cota de ETF, o investidor está adquirindo um portfólio de ativos sem precisar escolher aplicações individualmente

Desvantagem

Requer alguma prática com negociação em Bolsa

Dólar abre a semana abaixo de R\$ 4,10

10/09/2018 – Fonte: G1

Na quinta-feira (6), último pregão, o dólar fechou em queda de 1,11%, a R\$ 4,0966.

O dólar opera com pequenas variações nesta segunda-feira (10), abaixo do patamar de R\$ 4,10, de olho do cenário político e à espera de novas pesquisas eleitorais.

Às 9h49, a moeda norte-americana caía 0,13%, negociada a R\$ 4,0912 na venda. Na abertura, chegou a bater R\$ 4,0533.

Na quinta-feira (6), último pregão, o dólar fechou em queda de 1,11%, a R\$ 4,0966. Já no ano, tem valorização de cerca de 23%.

O Banco Central realiza nesta sessão leilão de até 10,9 mil swaps cambiais tradicionais, equivalentes à venda futura de dólares para rolagem do vencimento de outubro, no total de US\$ 9,801bilhões. Se mantiver essa oferta diária e vendê-la até o final do mês, terá feito a rolagem integral.

Novo patamar e perspectivas

A recente disparada do dólar, que voltou a romper a barreira dos R\$ 4 após 2 anos e meio, acontece em meio às incertezas sobre o cenário eleitoral e também ao cenário externo mais turbulento, o que faz aumentar a procura por proteção em dólar.

Investidores têm comprado dólares em resposta a pesquisas que mostram intenção de voto mais baixa para candidatos considerados mais pró-mercado e comprometidos com a agenda de reformas e ajuste das contas públicas.

As incertezas e o nervosismo geram maior demanda por proteção em dólar, o que pressiona a cotação da moeda. Importadores, empresas com dívidas em dólar e turistas preocupados passam a comprar mais dólares também e contribuem para elevar o preço da moeda norte-americana.

Outro fator que pressiona o câmbio é a elevação das taxas básicas de juros nas economias avançadas como Estados Unidos e União Europeia, o que incentiva a retirada de dólares dos países emergentes. O mercado tem monitorado ainda a guerra comercial entre Estados Unidos e seus parceiros comerciais e a crise em países como Argentina e Turquia.

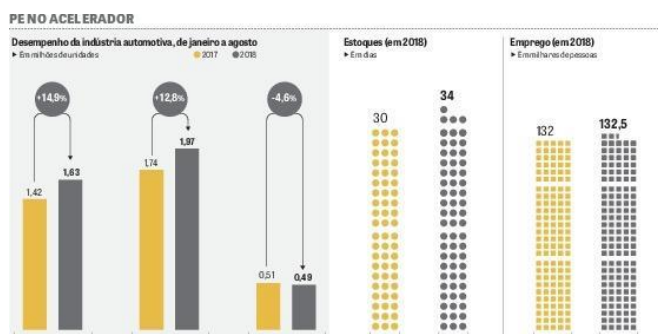
A visão dos analistas é de que o nervosismo tende a continuar até achar um novo piso ou até que se tenha uma maior definição da corrida eleitoral.

A projeção do mercado financeiro para a taxa de câmbio no fim de 2018 ficou estável em R\$ 3,80, segundo boletim Focus divulgado na segunda-feira (10) pelo Banco Central. Para o fechamento de 2019, permaneceu inalterada em R\$ 3,70 por dólar.

Apesar do otimismo do setor, efeito do Rota 2030 em PMEs ainda é incerto

10/09/2018 – Fonte: DCI

Focado em companhias que apuram tributos pelo lucro real, o programa de incentivo à produção de veículos mais eficientes pode ter impacto limitado sobre as pequenas e médias empresas



Os impactos positivos do Rota 2030, uma das principais esperanças das montadoras para garantir um crescimento sustentável no Brasil, ainda são incertos para pequenos

e médios. Isso porque o programa exige que a empresa apure tributos pelo regime conhecido como lucro real.

Segundo o gerente de desenvolvimento de produtos e serviços da consultoria F. Iniciativas, Feliciano Aldazábal, a limitação dos benefícios do Rota 2030 a companhias que apuram tributos com base no lucro real, conforme estabelece a Medida Provisória 843, é muito grande para quem não possui altos faturamentos.

“Quem pode aderir ao Rota é quem declara com base no lucro real, e muitas empresas da cadeia automotiva, principalmente pequenas e médias, não podem entrar.”

Na opinião do especialista, este é um limitante que tira empresas com potencial e que precisam muito dos benefícios garantidos pela medida do governo federal.

Já na avaliação do diretor executivo da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea), Aurélio Santana, as pequenas não devem sofrer tanto porque as fabricantes de autopeças de menor porte, por exemplo, podem se beneficiar indiretamente ao investir em parcerias com as montadoras para projetar peças mais eficientes. “Não haverá prejuízos tão grandes porque a régua é a inovação, não o regime tributário”, argumenta.

O presidente da Anfavea, Antonio Megale, defendeu que o programa está bem encaminhado e só tem vencedores. “O Rota 2030 vai além do Inovar-Auto ao estender a isenção fiscal para as fabricantes de autopeças”, diz.

Para a sócia-gestora da área tributária do Lobo de Rizzo, Maria Carolina Bachur, o Rota 2030 tem como ponto forte conceder isonomia tributária entre importadores e fabricantes locais, sem cair no mesmo erro do Inovar-Auto, que foi questionado pela Organização Mundial do Comércio (OMC) por conta da política de 30 pontos extras de Imposto sobre Produto Industrializado (IPI) para veículos importados.

Em sua visão, na prática, o Rota é como a Lei do Bem, pois permite deduzir antecipadamente. No entanto, o programa do setor automotivo corre o risco de ser menos efetivo porque os 100% de dedutibilidade em Imposto de Renda (IR) prometidos sobre as despesas com Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) não são tão vantajosos em um momento no qual a maioria das montadoras tem registrado prejuízos.

“Essa é a parte do programa que tem sido mais criticada pela indústria, uma vez que as empresas já não estão pagando IR. O corte de até 2% do IPI para quem trazer carros com patamares novos de eficiência e tecnologia é mais vantajoso dentro do que o programa prevê”, conta.

Por outro lado, Aldazábal acredita que a companhia poderá acumular o incentivo no caso do Rota 2030, o que, em sua avaliação, torna o novo programa melhor do que a Lei do Bem, por exemplo.

Argentina

No setor, a grande preocupação é com a Argentina que, em crise, está importando menos. No acumulado até agosto, o país comprou 344 mil veículos, contra 358 mil no mesmo período de 2017.

Por isso, dirigentes do setor afirmam que a projeção de estabilidade das exportações totais em 2018 deve ser revisadas para baixo, de olho no desempenho negativo do vizinho argentino.

"Renault Zoe deve ser o próximo elétrico a ser vendido no Brasil"

10/09/2018 – Fonte: Gazeta do Povo

Hatch já aparece na tabela 2018 do Inmetro que divulga o consumo médio dos carros vendidos no mercado nacional

Por enquanto apenas o BMW i3 e o e.coTech, vendido pela empresa paranaense Hitech Eletric, compõem oficialmente a frota de carros elétricos que circulam pelas ruas brasileiras - os demais são híbridos. Mas a dupla pode ganhar uma companhia em breve.

O Renault Zoe apareceu na tabela 2018 do programa de eficiência energética do Inmetro. Isso pode ser um indício de que a fabricante francesa, com sede brasileira em São José dos Pinhais (PR), estaria disposta a levar adiante a ideia de ter o modelo vendido no país.

O Zoe começou a rodar no país há quatro anos por meio de ações especiais da marca, como com a prefeitura de Curitiba e a Itaipu Binacional, porém ficou longe das lojas pelos pesados tributos de importação.

Com o anúncio do Rota 2030, regime automotivo que trará incentivos a veículos elétrico e híbridos no Brasil, a vinda do hatch movido a energia pode virar realidade.

Lançado em 2012, o compacto equivale ao Clio europeu. Recebeu uma atualização em 2016 para ficar mais eficiente e melhorar a autonomia, além de ajustes na direção e amortecedores.

Atualmente, utiliza baterias de lítio de 41 kWh, que entre ao motor 90 cv de potência e 22,4 kgfm de torque. Números que o levam de 0 a 50 km/h em 4 segundos e a 135 km/h de velocidade máxima.

O modelo possui 4,08 m de comprimento e 2,59 m de entre-eixos, o que garante um bom espaço interior, similar ao do Sandero.

Os dados divulgados pelo Inmetro revelam o consumo médio de cinco versões e com dois tipos de bateria. As configurações são a Life, Intens, Life LR, Intens LR e Ultimate LR.

As duas primeiras teriam bateria com autonomia de 317 km, enquanto as outras entregariam carga para o carro alcançar 370 km sem precisar reabastecer. A versão Ultimate é especial e em alguns mercados na Europa é vendida em parceria com a Bose.

O teste determinou que o elétrico da Renault faz equivalente a 32,2 km/l na cidade e 26,7 km/l na estrada nas versões Life e Intense e os modelos LR registram 31,9 km/l e 26,9 km/l, respectivamente.

Ouvidos pelo site Motor1.com, executivos da Renault admitiram que a Rota 2030 abre possibilidades reais de vendas do Zoe no Brasil. É provável até que o modelo seja uma das atrações do Salão de São Paulo, que ocorre em novembro deste ano.

Na Europa, o elétrico custa € 23 mil (cerca de R\$ 107 mil). Por aqui, mesmo com os incentivos, ele não deve custar menos que R\$ 120 mil - o BMW i3 começa em R\$ 200 mil.

Aston Martin contrata executivos para abrir capital e vender ações na bolsa

10/09/2018 – Fonte: G1

Montadora de carros de luxo é famosa por fabricar o esportivo dirigido pelo agente secreto 007.

A montadora de carros de luxo Aston Martin anunciou nesta segunda-feira (10) a nomeação de experientes executivos para a diretoria e confirmou planos para abrir o capital da empresa, de 105 anos, e vender ações na bolsa de Londres.

Famosa por fabricar o carro esportivo dirigido pelo agente secreto James Bond, nos filmes da franquia 007, anunciou a oferta pública inicial de ações, a primeira montadora britânica a realizar o procedimento em décadas.

Penny Hughes, que já trabalhou nas empresas Vodafone e WM Morrison, que têm ações listadas na FTSE, e se será a presidente não-executiva do conselho de administração da empresa.

Richard Solomons, que foi diretor-executivo da InterContinental Hotels de 2011 a 2017, atuará como diretor-sênior independente e presidente do comitê de auditoria e risco do conselho.

"Os diretores independentes trarão uma experiência significativa para a diretoria, enquanto nos preparamos para entregar plenamente nossos compromissos com os planos de negócios", disse o presidente-executivo da empresa, Andy Palmer, em comunicado.

A montadora apresentará detalhes da oferta de ações até o início de outubro. Ao menos 25% das ações da empresa devem ser vendidas.

Há 500 fiscais para percorrer postos em 1,7 milhão de Km

10/09/2018 – Fonte: Tribuna PR (publicado em 07-09-2018)

Com cerca de 500 fiscais para atuar em 1,7 milhão de quilômetros de rodovias do País, a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) vai atuar pontualmente para verificar o cumprimento da tabela do frete rodoviário.

A ideia é fazer operações de forma não previsível para gerar o que os fiscais chamam de "efeito demonstração": forçar os embarcadores a contratar serviços dos caminhoneiros pela tabela, diante do risco de ser apanhado descumprindo-a.

ANTT afirma que 31 empresas estavam com frete inferior ao piso neste sábado

10/09/2018 – Fonte: Tribuna PR (publicado em 08-09-2018)

A Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) divulgou na noite deste sábado, 8, um balanço do início das operações para fiscalizar o cumprimento do Piso Mínimo do Frete, realizadas em vários Estados neste sábado.

Ao todo, foram fiscalizados 101 veículos hoje, com 15 autuações referentes ao pagamento eletrônico do frete (PEF); 38 de vale pedágio; 23 referentes ao RNTRC (Registro Nacional do Transportador).

Segundo a ANTT, foram flagradas 31 empresas praticando frete inferior ao piso e 150 caminhoneiros receberam orientações sobre a Resolução 5828/ANTT, que institui a notificação pelo descumprimento do piso mínimo do frete.

De acordo com a agência reguladora, as fiscalizações estão ocorrendo em Santos (SP), Paranaguá (PR), Itajaí (SC), Santana do Livramento (RS), Porto de Rio Grande (RS). Essas averiguações sobre o valor do frete estão sendo incorporadas à rotina de fiscalização da ANTT.

Dunlop investe mais R\$ 153 milhões no Brasil

10/09/2018 – Fonte: CIMM (publicado em 09-09-2018)

Aporte adicional dobrará produção de pneus para caminhões e ônibus

A Dunlop anunciou um novo investimento de R\$ 153 milhões para a sua fábrica brasileira, em Fazenda Rio Grande (PR), que ampliará a capacidade de produção de pneus para caminhões e ônibus de 500 para mil unidades por dia com a aquisição de novo maquinário.

O aporte servirá como complemento aos R\$ 487 milhões anunciados em 2016 para a expansão da produção de pneus de passeio e utilitários e também para passar a fabricar os itens para caminhões e ônibus.

Por enquanto, os pneus para veículos pesados vêm sendo importados do Japão e Estados Unidos e vendidos no mercado de reposição. A produção local desses componentes a partir do investimento de 2016 (de R\$ 487 bilhões) começa em 2019.

Em 2020, com a consolidação do aporte extra (de R\$ 153 bilhões), aí sim a produção de pneus comerciais alcançará mil unidades por dia. Com a fabricação local, a Dunlop pretende ampliar em dois anos sua participação no mercado de reposição entre os fabricantes locais de 5,6% para cerca de 8,5%.

“Teremos a primeira fábrica em todo o mundo para pneus de carga do 100% sem emendas, o que traz vantagem em durabilidade e redução de consumo de combustível”, afirma o gerente de vendas e marketing da Dunlop, Rodrigo Alonso.

“Pretendemos fornecer às montadoras, mas como a homologação do pneu leva tempo, neste primeiro momento queremos focar no mercado de reposição”, diz o executivo.

A fábrica paranaense foi inaugurada em 2013 como resultado de um investimento de R\$ 750 milhões. Vem operando desde 2016 com sua capacidade máxima, que é de 5 milhões de pneus de passeio e utilitários por ano. Com a expansão dos setores de passeio e comercial, passará a 6,3 milhões anuais em 2020.

A unidade tem cerca de 1,2 mil funcionários. Haverá mais 50 contratações para a expansão do setor de pneus de carga.

Linha leve a todo vapor

A produção de pneus de passeio e utilitários ocorre dia e noite em quatro turnos. Segundo Rodrigo Alonso, a fábrica para apenas 30 dias por ano. Em 2016 a Dunlop passou a fornecer pneus de passeio para as montadoras e atualmente detém 5,3% desse mercado.

A fabricante não revela, mas é provável que essa fatia também aumente em cerca de 50% nos próximos dois anos, uma vez que em 2019 a capacidade instalada já terá saltado para 6 milhões de pneus de passeio e utilitários por ano.

Em outubro a Dunlop lançará um pneu para automóveis de passeio com oito medidas diferentes fabricado no Paraná. A unidade de Fazenda Rio Grande também exporta uma pequena parte de sua produção (cerca de 5%) para Argentina, Chile, Colômbia, Equador, Paraguai e Uruguai.

Aço tem máxima de 2 semanas na China com cortes de produção; minério de ferro cai

10/09/2018 – Fonte: DCI

Os contratos futuros do aço na China subiram para uma máxima de duas semanas nesta segunda-feira, no terceiro dia consecutivo de ganhos, em meio a restrições à produção para reduzir a poluição lideradas pela cidade de Tangshan, a maior produtora.

Tangshan disse na semana passada que vai prorrogar até setembro cortes de produção nos setores de aço, coque e energia elétrica.

"O mercado seguiu focado nos cortes de produção da indústria de aço chinesa", disseram analistas da ANZ em nota.

A continuidade dos limites à produção em Tangshan vem antes do inverno, quando a produção nas usinas no norte da China deve ser cortada pelo segundo ano consecutivo como parte da luta do país contra a poluição.

O contrato mais ativo do vergalhão de aço na bolsa de Xangai, para entrega em janeiro, chegou a subir a 4.299 iuanes (627 dólares) por tonelada, maior nível desde 27 de agosto, antes de fechar com alta de 1,8 por cento, a 4.284 iuanes.

O minério de ferro na bolsa de Dalian caiu 0,7 por cento, para 497,50 iuanes por tonelada.